

Fraude incorpora-se à rotina da Câmara e do Senado

José Wanderley Pereira

Brasília — A fraude nas votações do Congresso é dispositivo que terminou incorporando-se ao regimento porque é praticada impunemente. Os fraudadores até se vangloriam de seus títulos, pois são vistos como heróis que salvaram seu Partido em momentos extremos de uma decisão de plenário, como foi o caso do ex-Presidente Auro de Moura Andrade que mandou atrasar os relógios para garantir a aprovação da Carta de 1967.

O sistema de votação eletrônico da Câmara, implantado em 1971 e não utilizado até hoje, é o único capaz de impedir a fraude na votação, dificultar a manipulação dos deputados no instante de votar, além de obrigar a presença em plenário. O do Senado, ao contrário, já serviu inclusive ao líder do PDS, Senador Nilo Coelho, para votar por si e por colegas ausentes da Casa.

Fraude de tempo

São numerosas as modalidades de fraudes nas votações. A mais comum, tanto na Câmara como no Senado, é de fraudar o tempo estipulado nos regulamentos para o encaminhamento de uma votação. Os relógios usados para cronometrar o tempo de cada parlamentar, na discussão e votação de uma matéria, são meros enfeites nas paredes dos plenários. Por isso foi que o Senador Dirceu Cardoso (ES, sem Partido) resolveu consultar o seu próprio relógio de bolso.

Mas, das fraudes de tempo a mais conhecida no Congresso foi a de 1966, quando o então Presidente Castello Branco encaminhou ao Legislativo a emenda constitucional que resultou na Carta de 1967. Com ela veio também a Lei de Imprensa. O prazo para votação espirava à meia-noite, quando o então Presidente do Congresso, Senador Auro de Moura Andrade, foi avisado de que o tempo estava-se escondendo e não seria possível a aprovação da matéria naquele sessão.

Ele só teve uma alternativa: determinou a um assessor da Mesa que mandasse parar todos os relógios da Câmara. Quando parlamentares da oposição perceberam a fraude tinham decorrido mais de duas horas além do horário regimental da sessão e a Carta de 1967 já estava aprovada. Quando o presidente dos trabalhos autorizou que se religassem os relógios atrasados, foi aconselhado a não fazê-lo para que a fraude não se revelasse tão flagrante. Somente na manhã seguinte o assessor religou-os, atualizando-os.

Fraude na redação

A votação no Congresso é geralmente mecânica: a grande maioria dos parlamentares ignora o que está votando e obedece unicamente a um sinal do líder para se situar na votação. Eles nem têm o que aprovaram ou rejeitaram.

Confiado nesse alheamento dos colegas foi que o ex-Deputado Salvador Lossaco (SP), da comissão de redação, planejou ampliar a redação de um projeto sobre previdência social, além do texto aprovado pelo plenário. Foi aberto inquérito, mas o acusado conseguiu escapar impunemente. Muitos projetos de empréstimos, no Senado, estavam sendo aprovados sem apresentação do cronograma de aplicação dos recursos pleiteados. As vespertas do recesso, um empréstimo de São Paulo foi aprovado sem o projeto constar da ordem do dia. O Senador Dirceu Cardoso denunciou, na hora, o caso de "excerta".

Este caso não foi propriamente de votação. Mas o ex-Deputado Germinal Peixoto (SP) foi na taquigrafia e apagou das notas as respostas que lhe foram dadas pelo seu colega Dias Menezes — o "Teco-Teco" — durante violenta discussão em plenário. O então Presidente da Câmara, Deputado José Bonifácio mandou abrir inquérito que também não deu em nada. Por isso é que o ex-Deputado Martins Rodrigues (CE) gostava de acompanhar a elaboração dos textos finais de projetos que defendia ou contestava.

Fraude na palavra

Certa vez, o ex-presidente do Senado, Sr Pedro Aleixo, garantiu ao então Deputado Mário Piva (BA) que se este votasse a favor de um projeto do Governo (a primeira Lei de Ineligibilidades), o Congresso aprovaria um destaque seu. Na hora da votação, o respeitável Pedro Aleixo não cumpriu o acordo, mas levou, calado, uma grande descompostura do Deputado, da tribuna.

No Congresso, se vota de todo jeito. Durante a votação de um projeto sobre reforma bancária, um parlamentar entrou no plenário perguntando ao secretário dos trabalhos que fazia a contagem nominal dos votantes:

Como votou o Deputado Herbert Levy?

— A favor — respondeu o secretário.

— Então eu votei contra.

Noutra ocasião, o Deputado Bias Fortes, hoje do PDS mineiro, era relator de uma CPI que apurava a tentativa de assassinato do ex-Governador Carlos Lacerda. A aprovação de determinado documento dependeria da presença do relator que não estava na sala da reunião, mas foi descoberto escondido, ao lado, noutra sala. Configurada a sua presença na casa, ele alegou que não podia votar porque estava com dor de dente.

Voto impossível

Além das historinhas sobre as fraudes e mais uma gama de fatos que chegaram a personalizar determinados políticos, os jornalistas veteranos na cobertura do Congresso guardam alguns episódios que denominaram na ironia da crônica política de "voto impossível". E aquele em que o autor vota contra seu próprio projeto. Isso aconteceu com o ex-Deputado Nina Ribeiro (ex-Arena-RJ), quando foi vice-líder da



Nilo Coelho primeiro votou por si como líder do PDS...



depois mudou de cadeira e votou como João Lúcio(AL)

bancada. O Senador Bernardino Viana (PDS-PI) também retirou um projeto de sua autoria beneficiando o estrangeiro para ser relator de outro do Governo, restringindo a entrada de estrangeiros no país.

O ex-Deputado Luiz Bronzeado (PB) foi levado a pulso, certa vez, pelo Senador Dinarte Mariz para decidir uma votação sobre a prorrogação do mandato do ex-Presidente Castello Branco. O quorum necessário para aprovação do projeto era de 204 votos e só tinham votado 203 quando o então Deputado paraibano foi arrastado ao plenário. Mentindo, alegou que pedira ao assessor da mesa para dizer que ele votava sim quando fosse citado na chamada nominal. O assessor não teve outra alternativa senão confirmar a recomendação que nunca recebera e, assim, o voto foi cumplicado.

A prorrogação foi, portanto, aprovada com um voto, isso em 1965. Uma vez, o ex-presidente do Senado, Paulo Torres, tentou justificar as fraudes e equívocos ao ser reclamado por uma decisão que tomou contrariamente o regimento:

— Aprendi na carreira militar que é preferível errar decidindo do que acertar vacilando.

O falecido Ministro Petrônio Portela, quando presidente do Congresso, venceu muitas questões consideradas controvertidas aplicando filosofia do medo. Para a aprovação da emenda 11, o grande pacote de reformas de 1978, ele explicou a sua atuação:

— Minha atitude sempre agressiva na presidência do Congresso não foi improvisada, mas criada como estratégia deliberada de defesa e ataque, que só não podia atingir um nível capaz de dar pretexto à retirada do MDB (hoje PMDB) do plenário.

Sistema eletrônico

Atualmente, o Senador Itamar Franco (PMDB-MG), 3º Secretário da mesa, é o maior defensor do funcionamento total do sistema eletrônico de votação. Tanto que já apresentou projeto abandonado com o chamado voto simbólico (de liderança), mais conhecido como "senta-levanta". Numas dessas votações, quando vice-líder da ex-Arena, o então Deputado Lomanto Junior (hoje Senador), confundido, aprovou dois projetos que deveriam ser rejeitados por recomendação do Governo.

Mas a fraude mais recente foi a do líder do PDS no Senado, Sr Nilo Coelho: numa dessas exauridas de pedidos de empréstimos, ele votou por si e pelo Senador João Lúcio (AL), que estava ausente. O Senador Dirceu Cardoso, nessas mesmas votações, se queixou de ter o nome registrado no painel eletrônico sem ter votado. O painel apresentou vários defeitos e foi sempre contestado pela Oposição que já identificou os "tocadores de piano" do PDS — os que apertam os botões eletrônicos de várias mesas simultaneamente, beneficiando a maioria.

Essa fraude é considerada impraticável no sistema da Câmara, implantado ainda na gestão do ex-Deputado Peixoto Lopes. Foi na época, em 1971, um investimento fabuloso de mais de Cr\$ 6 milhões. O modelo foi adaptado para 500 parlamentares (só 420 deputados e 67 senadores), já na suposição de que, se aumentando o número de deputados, o sistema se prestaria bem às votações na

Câmara, mas ficarão de fora os senadores.

Os parlamentares não aceitam o sistema porque terão de comparecer todos ao plenário durante uma votação. A Câmara chegou a propor um horário só para votação, mas continua a resistência porque as lideranças perderão também maior controle sobre os deputados. Não é como nas longas chamadas nominais que os parlamentares chegam paulatinamente para atender à ordem das chamadas. Também foi conectado ao painel um sistema de frequência do deputado: ele teria então de usar um cartão (tipo ponto) para colocar numa máquina, a entrada do plenário e em mais dois pontos estratégicos. Registrado o cartão-frequência seu nome apareceria automaticamente no painel — prova da sua presença na Casa. Eles acham melhor que essas anotações sejam feitas pelos funcionários das portarias, fora de um controle mais rígido da frequência.

Constituição é chave

Anteriormente, quando o senador tomava posse recebia, de pronto, uma Constituição, um regimento interno e uma chave da gaveta de sua bancada para votar. Começaram a esquecer a chave em casa ou a perdê-la, complicando os processos de votação, principalmente as secretas. Com isso foram designados funcionários para cuidar das gavetas. Mas, pelo sistema da Senado, o parlamentar pode votar simultaneamente em várias gavetas e terá seus votos registrados no painel eletrônico. Na Câmara, um dispositivo controlado diretamente da Mesa, impede que o deputado deixe sua gaveta para votar na de outro. Só será registrado o voto da gaveta onde ele permaneça apertando um botão eletrônico até que o resultado do projeto no painel. Logo que toma posse, ele recebe um manual explicativo sobre a votação eletrônica. Muitos alegam que é difícil se adaptar ao sistema e terminam votando errado. Tanto que uma experiência feita com o sistema na gestão do ex-Presidente da Câmara, Marco Maciel, não vingou.

Percebe-se, porém, que eles resistem a um maior controle de sua frequência, pois há os que armam verdadeira guerra quando, mesmo não comparecendo, têm seus pontos cortados. O Senador Benedito Ferreira (PDS-GO), quando 4º secretário da Mesa na gestão do falecido Senador Filinto Müller na presidência do Senado, foi levado ao calvário porque descontou de alguns faltosos. O ex-secretário Alexandre Costa adotou um sistema: corta duas em dez faltas.

Todo o sistema da Câmara continua de pé, com equipe técnica pronta para operar. O modelo está sendo exportado inclusive para a Venezuela e outros países na América Latina. Mas os parlamentares continuam preferindo a votação simbólica ou a chamada nominal que entra pela madrugada ao sistema eletrônico capaz de decidir uma votação em cinco minutos, sem fraudes e sem manipulação dos deputados. O Senado, porém, só tem um jeito: se mudar também seu sistema eletrônico.

Desconfiado de todas as facilidades para a fraude nas votações, o Senador Dirceu Cardoso, principal fiscal do processo, obrigou certa vez o ex-presidente Luis Viana a voltar atrás numa decisão sobre a votação de um projeto e prefere a chamada nominal devido aos constantes erros do painel eletrônico.